

## O Passado entre Fios: Box de Memória e o Nascimento da Pesquisa no JB<sup>1</sup>

Alice MELO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

### Resumo

Entre 1962 e 1965 o Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil começou a ganhar espaço na redação. O setor de Texto foi um dos primeiros a ser criado e, neste momento, seus editores aprimoravam o trabalho com o texto, que acompanhava cada vez mais as notícias diárias. Os quadros da Pesquisa (box de memória), assumiam características particulares: contornados inicialmente por fios pretos nas páginas do jornal, possibilitavam uma separação visual entre percepções de tempo distintas – o presente e o passado. A transformação visual e de conteúdo no texto da Pesquisa reflete um específico “clima de época”, dentro de um contexto de organização e consolidação de um novo modelo de jornalismo no Brasil.

**Palavras-chave:** jornalismo; acontecimento; história; memória; arquivo.

### Texto do Trabalho

Um dos produtos de minha dissertação de mestrado, este artigo problematiza – de maneira breve – a produção de texto realizada pelo Departamento de Pesquisa do Jornal do Brasil, em seus primeiros anos: 1962 a 1965, um momento embrionário deste setor, em que seus funcionários ainda buscavam uma linguagem e uma forma de apresentar-se melhor aos leitores.

No início de minha pesquisa no arquivo do Jornal do Brasil (hoje CPDOC JB), nos idos da graduação, impressionavam-me algumas coisas. Na condição de repórter iniciante, a qualidade do material de apoio à notícia produzido nos anos 1960 me despertava interesse – as matérias do JB tinham uma preocupação incomum em explicar e contextualizar. Na qualidade de curiosa (alguns diriam xereta), reparava nas minúcias do arquivo, que parece conjugar em um pequeno espaço resquícios de múltiplos tempos – tecnologia defasada, móveis inadequados; jornais antigos bem conservados, jornais antigos mal preservados; microfimes que pareciam novos, microfimes azedos e deteriorados; televisão de plasma;

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação e Cultura – ECO/UFRJ, email: meloalice1@gmail.com

biblioteca com dicionários empoeirados e DVDs que sobraram de alguma promoção da redação. Como se, em seu silêncio e por meio de seus objetos, o arquivo falasse. Uma língua que a cada dia eu me esforçava para compreender.

Encontrei pouca referência bibliográfica sobre o acervo do JB, que se chamava Departamento de Pesquisa e Documentação (DPD). Iniciei, portanto, por conta própria um mapeamento da trajetória do setor, por meio de fontes textuais que encontrava no arquivo, análise de edições passadas do JB e de conversas com os funcionários mais antigos. Preferi me concentrar nos anos em que o DPD teve mais funções e, sobretudo, produzia texto.

Entre 1962 (momento em que nasceu como uma pequena biblioteca de livros de referência) e 1974 (quando o setor de texto foi extinto), o Departamento tinha uma equipe de redatores, que deveria cuidar dos produtos de “longo prazo” do jornal. Os textos eram os mais variados: do esporte à política internacional, escrevia-se um pouco de tudo, com intenção de dar apoio à notícia diária, elaborada pelas outras editorias. A pauta era decidida em conjunto, durante reunião geral, no início da tarde. Primeiro surgiu a Biblioteca (fontes para referência), pouco depois, o Texto. Mas, a ideia do editor-chefe Alberto Dines, que implementava o último ato das reformas de conteúdo no Jornal do Brasil, era de expandir o hábito da pesquisa antes da apuração da notícia às demais editorias. Assim nasceu a Documentação, que selecionava, catalogava e arquivava informações diversas, além de auxiliar o repórter, quando este precisava de dados para redigir a matéria.

Enquanto tentava compreender os trabalhos do departamento, me parecia interessante compreender a maneira como o jornal entendia a notícia e, sobretudo, como percebiam a relação entre jornalismo e tempo – uma questão tão fundamental, se tratando de uma editoria cuja matéria era o passado. Ainda na graduação tive acesso privilegiado a caixas com documentos internos do jornal daquela época, que estavam sumidas há anos. Devido à ajuda preciosa dos funcionários, consegui reencontrá-las.

Dines ocupou o cargo de editor-chefe entre 1962 e 1973. Neste período, arrematou as mudanças inseridas pelos periódicos fluminenses nas décadas anteriores ao sistematizá-las num modelo novo. Entre as ideias colocadas em prática, estavam: a divisão do jornal em editorias, a instituição de reuniões de pautas diárias, a valorização da profissão de jornalista por meio de melhores salários; a criação dos suplementos literários e outros cadernos; a implementação do que chamou de “jornalismo em profundidade” – para além do texto factual em modelo norte-americano chamado de pirâmide invertida, procurou incentivar a realização de um jornalismo mais reflexivo. E é aí, também, que entra o

trabalho do Departamento de Pesquisa: acreditamos que ele tenha funcionado como laboratório das novas ideias, as quais influenciariam – em alguma medida - a mídia impressa brasileira a mudar sua forma de abordar a notícia, além de indicar como caminho possível um trabalho estreito entre pesquisa e redação.

O que aponte na dissertação é que parece ter havido uma intenção de separar o conteúdo da Pesquisa do produzido pelas outras editorias. O material apresentado como “apoio” ou “interpretação” da notícia diária, ganha um espaço delimitado no jornal diário: separado por fios, o jornal parece organizar as dimensões do tempo e enxerta o passado como forma de explicar acontecimentos que se desenvolvem no presente<sup>3</sup>.

Entre 1962 e 1964, o setor funcionou como uma espécie de “arquivo morto”, coisa que já era comum em alguns periódicos nos Estados Unidos, por exemplo, como as revistas *Time* e *Life* que, junto ao jornal *New York Times*, aliás, serviram de inspiração para a criação do DPD do JB. Segundo o jornalista Beluco Marra (1967) – então redator da Pesquisa -, os funcionários que engrenavam o setor de indexação e catalogação de informação das revistas *Time* e *Life* trabalhavam “para que o Arquivo e a Biblioteca possam fornecer cada vez pastas mais completas aos redatores a fim de que montem suas matérias” (p.7). No que diz respeito à Pesquisa do *New York Times* – que serviu de inspiração para a criação da Pesquisa do JB<sup>4</sup> - a estrutura era um pouco diferente e funcionava como uma espécie de produtor de conteúdo pontual: redigia pequenas notas, principalmente obituários e textos de caráter enciclopédico, tal como se configurou também o DPD JB no primeiro ano de existência.

A partir de 63, o jornal acumulou material: tanto no que diz respeito ao trabalho feito por quatro funcionários da parte de fotografia e negativos, quanto ao que diz respeito aos jornalistas e arquivistas incumbidos da função de recortar e armazenar trechos de matérias de periódicos diversos, nacionais e internacionais, um setor incipiente, que seria chamado de Documentação.

Seguindo esta lógica de “aprofundar a notícia”, o elemento que movia a Pesquisa era o passado ancorado no presente: tanto no que dizia respeito ao arquivamento de matérias, quanto ao processo de recuperação de acontecimentos que podem ter ocorrido ontem ou em séculos anteriores no intuito de levar mais informações ao leitor.

<sup>3</sup> Além da dissertação, creio ter desenvolvido melhor essa ideia em trabalhos passados, como o apresentado neste mesmo GT, na Intercom 2014. Para mais referências: MELO, 2014b.

<sup>4</sup> MARRA, 1967. *Cadernos de Jornalismo*, número 7, p.5

Foi, portanto, por meio da Pesquisa que o JB engrenou, de forma sistematizada, o passado no presente social<sup>5</sup>. De maneira a reforçar a atualidade da notícia, em um período em que a linguagem jornalística se consolidava. No período inicial, os textos produzidos pelos jornalistas deste departamento eram mais enciclopédicos, pontuais, traziam informações a respeito de um determinado tema, a toque de caixa. Mas isso logo se tornou mais complexo. Principalmente após 1965, os artigos se tornam mais opinativos.

No dia seguinte à posse do Marechal Castelo Branco à Presidência da República, o JB publicou retângulo de texto vertical que ocupava três quartos da página 15, destinada a assuntos de política, assinado pelo Departamento de Pesquisa<sup>6</sup>. Com o título “As posses de lá para cá”, curtos parágrafos informavam como ocorreram ao longo da história do país os primeiros momentos dos chefes de Estado no poder: de Deodoro a Mazzili. “O primeiro presidente brasileiro, o Marechal Deodoro, tomou posse no antigo palácio do Conde dos Arcos, onde funcionava o Congresso numa época em que o entusiasmo pela Proclamação já tinha acabado”, vem escrito na primeira linha.

O texto seco e que responde a uma lógica cronológica pouco inventiva, passou a ser substituído por artigos mais criativos e leves, no decorrer do ano, principalmente em cadernos ligados à arte e cultura. Por exemplo, em janeiro de 1965, a Pesquisa assinou um artigo longo, que ocupou uma página inteira do Caderno Especial dedicado a Lyndon Johnson, o 33º presidente dos Estados Unidos. Na ocasião, a Pesquisa constrói uma fábula que narra a trajetória do chefe de Estado, na tentativa de responder a pergunta que se faz na abertura da publicação: “Quais são as perspectivas dos Estados Unidos nos próximos 4 anos?”<sup>7</sup>

Podemos reparar que, aqui, o passado é utilizado pelo jornalismo no sentido de não somente explicar um acontecimento presente - a recente posse do presidente norte-americano - como também de tentar especular caminhos futuros. A leitura do texto sugere: Johnson teve uma trajetória notável. Nascido em família rica, decidiu bancar os estudos trabalhando como zelador. Mas já tinha um futuro garantido desde o dia de seu nascimento.

---

<sup>5</sup> A utilização do passado como forma de reforçar a atualidade da notícia na imprensa – bem como no JB não era uma novidade nos anos 1960. Tampouco a ideia de comercializar “o tempo pretérito” – conteúdo de arquivo do jornal articulado com eventos do tempo presente. Leticia Matheus (2011) demonstrou como alguns periódicos da cena carioca o realizavam na virada do século XIX para o XX. O que muda é a forma como esses usos são feitos no momento histórico social distinto.

<sup>6</sup> Jornal do Brasil, 16 de abril de 1964, p.15.

<sup>7</sup> Jornal do Brasil, Caderno Especial, 24 de janeiro de 1965, p.2.

Em outros casos, os textos se valiam do passado como artefato para sustentar um tipo de narrativa bem humorada, que podia dizer respeito, por exemplo, a práticas de comportamento. Na última página do B, em 6 de julho de 1964, um artigo chama atenção. “O monoquíni tem lugar no seio da história” ocupa uma página entre letras e ilustrações, e não se avexa em fazer bom uso de trocadilhos e metáforas para realizar, sob pretexto de ter sido lançado em Paris o “meio-maiô”, um retrospecto histórico sobre aparição de mamilos e sua eventual cobertura ao longo dos séculos. “Antes de Cristo e do Império Romano, tão antiga é a moda de se mostrar os seios, de acordo com a História”. E segue: “pois três mil anos antes da era cristã, já as mulheres da Ilha de Creta encaravam os seios nus com muita seriedade, porque da beleza deles dependia um bom casamento”. No rodapé, uma crítica ao moralismo: “Os alicerces da família se abalam com as notícias de que ‘as mulheres evoluídas’ estão dispostas a organizar um movimento de âmbito internacional pelo direito de usar o monoquíni, sob pena da abolição definitiva do soutien”.

Mas, é bom lembrar: apesar de investir em textos mais reflexivos e com pitada de humor, a Pesquisa seguiu redigindo artigos factuais: o modelo do texto variava conforme a informação que se queria passar e onde ela seria publicada. Assinava, por exemplo, a coluna dos livros mais vendidos do mês.

Paralelamente à evolução do texto, o acervo de Recortes (pastas temáticas em que se arquivavam recortes de jornais e revistas do mundo inteiro, subdividas por grandes temas, subtemas e etc) e Índice (índice remissivo das matérias publicadas no próprio JB) ia crescendo<sup>8</sup>. A fim de dar suporte à redação, cada vez mais era frequentado pelos repórteres e também começaram a servir como centro de pesquisa externa.

A partir de 1965, o DPD funciona em horário integral. Tudo teria começado, segundo relatos dos funcionários, quando Maria Cristina Nascimento Brito, filha do diretor geral do JB, telefonou um dia de manhã para a Pesquisa a fim de tirar dúvida de um trabalho de escola. Não encontrou ninguém: ficou sem completar a tarefa. Os funcionários até então só chegavam depois das 13h, conforme lembrou Dines durante nossa entrevista (2011), mas, depois do evento, precisaram se organizar de forma a acompanhar o ritmo da redação. Com a decisão, a direção da Pesquisa optou por aumentar o quadro de empregados.

---

<sup>8</sup> Novamente, o assunto é amplamente desenvolvido em MELO, 2014a.

Em relatório interno<sup>9</sup> enviado ao editor-chefe Alberto Dines, em 1969, Roberto Quintaes, então diretor do DPD, relata os problemas do arquivo e solicita que a direção tome providências em relação ao aumento dos salários dos funcionários assim como a contratação imediata de mais profissionais. Quintaes também pede novos móveis, uma nova fotocopiadora e o fechamento das estantes que dividem os Recortes do Acervo Fotográfico, para evitar furtos devido ao vai e vem não vigiado de pessoas que transitam pela redação. O jornalista cita um relatório também interno produzido por Moacyr Andrade, supervisor da Documentação, no qual se observa:

Trabalhando no ritmo antigo, já éramos numericamente deficientes (há muita coisa por dia: a abertura de pastas que não vinha e não vem sendo feita no mesmo instante do surgimento do assunto; parte do serviço de arquivo de fotografias não foi mudada ainda para o Sistema Remington; desatualização dos Índices do JB e do L'Express; parte dos livros encaixotados quando da reforma das instalações em dezembro-janeiro não foi ainda recolocada nas estantes).

Neste mesmo documento, Quintaes relata que o aumento do horário de funcionamento do DPD é indispensável para o abastecimento da redação com material da Documentação. Neste sentido, solicita que se faça “duas admissões” no setor de Índice: um para a ocupação que realiza “leitura e marcação” e outro para “atualização e preparação de pastas”. Para todo o setor, Quintaes descreve como urgente a aquisição de dez máquinas de escrever, porque considera “desagradável o empresta-empresta com a Economia e o Esporte”.

Com o crescimento do DPD, outros jornais brasileiros também começaram a criar seus próprios acervos, no intuito de que servissem de apoio à redação. A revista *Veja* foi uma delas. Durante nossa conversa, por exemplo, Dines comenta que, em 1966 ou 1967, o fundador do Grupo Abril, Roberto Civita, enviou para a redação um jovem jornalista que nem “ousava” falar com o editor-chefe do *Jornal do Brasil*: Juca Kfourri.

Segundo o relato, Kfourri trabalhava no recém-criado Cedoc da Editora Abril e foi fazer um estágio de algumas semanas no Rio a fim de aprender os métodos de organização do DPD para levar algumas ideias para São Paulo. O estágio teria rendido bons frutos ao grupo paulista – na edição de número 37 dos *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, por exemplo, uma entrevista com o jornalista Mino Carta chamada “*Veja* e a afirmação do

---

<sup>9</sup> Correspondência interna de 5 páginas está arquivado na pasta ‘JB – História’, no CPDoc JB. Foi escrito em 1969, por Roberto Quintaes.

jornalismo interpretado” (1972), é precedida por um parágrafo produzido pelo DPDJB, no qual se afirma que:

Lançada há quase quatro anos, a revista *Veja* firmou no Brasil uma linguagem jornalística que foi iniciada na Editoria de Pesquisa do Jornal do Brasil: a notícia comentada e analisada subjetivamente, de maneira sintética e, muitas vezes, bem-humorada. (1972, p.33)

Beluco Marra (1967) aponta outros periódicos que teriam seguido o modelo do JB nos anos que se seguiram à sua criação: Jornal da Tarde, Realidade, Estado de Minas, Diário de Minas, Jornal do Commercio, Correio da Manhã. Na opinião do jornalista, o que se fazia no departamento era “colocar a notícia em seu contexto histórico”.

Podemos perceber que o DPD foi a primeira instituição que tornou a prática de pesquisa um hábito da profissão de jornalista no Brasil, especialmente depois de entendermos de que forma a imprensa se comportava antes das mudanças inseridas no JB após a contratação de Alberto Dines. Luis Edgar de Andrade, por exemplo, ao escrever sobre a experiência de ter fotografado os dois grandes “K” de seu tempo (Nikita Krushchev e John Kennedy), em Viena, em 1961, afirma: “O arquivo é o céu dos jornalistas”<sup>10</sup>. Neste texto, aliás, no qual utiliza o pretérito imperfeito para descrever a cena, não tem cerimônias em desenhar, em palavras, a silhueta do líder soviético: “era baixinho, barrigudinho e redondo”. Interrompe a narrativa e observa: “noto que estou escrevendo no passado, como se [ele] tivesse morrido. Pode ser que não, mas dá no mesmo: foi fazer companhia a John Kennedy numa prateleira dos nossos arquivos”.

O DPD JB sistematizou o modo de se comunicar o passado para um fim pontual na mídia impressa diária: explicação do presente. Acreditamos que ele foi produto e expressão de seu tempo. Nos anos 1960, observa-se um movimento geral de especialização e segmentação do conhecimento científico no Brasil e no mundo. A multiplicação dos movimentos sociais nas ruas, que ganharia mais corpo na década seguinte, reivindicando igualdade de direitos entre os homens, além de liberdade política e de expressão, é traduzida no campo das mentalidades, principalmente a partir de maio de 1968. A nova dinâmica cultural, política e social global afeta a percepção da passagem do tempo e se deixa transparecer nas práticas e tecnologias de comunicação de massa. Os meios de comunicação aceleram o processo de globalização, principalmente com a difusão da televisão e a possibilidade de transmissão de acontecimentos internacionais em tempo real.

---

<sup>10</sup> Jornal do Brasil. Caderno B, 5 de novembro de 1964, p.3.

Neste momento, a dinâmica (e percepção) do acontecimento muda: nasce, na sociedade midiaticizada, o “acontecimento monstro”, utilizando aqui o conceito cunhado por Nora na década de 1970 e desenvolvido em extensão pelo historiador François Dosse, no livro *O renascimento do acontecimento* (2013). Dosse explica que um fato para ser elevado à categoria de histórico, ou seja, se tornar um acontecimento capaz de figurar como momento de ruptura na linha do tempo social, precisa ser acrescido de significados. Não é todo fato que automaticamente se torna “memorável”. No contexto de descentralização da autoridade científica e da proliferação da disputa por lugares de fala que constitui os anos 1960 não cabe apenas ao historiador dar significado aos acontecimentos, desta forma ele *renasce* em proporções muito diferentes, mediado por outros atores.

Os meios de comunicação de massa disputam ainda mais o papel de significação de passado, presente e futuro por meio da criação e manipulação dos acontecimentos. Catalisam os efeitos sociais de um fato e também são capazes de promovê-lo ao status de grande fenômeno. Nesse sentido, disputam um lugar como porta-vozes da verdade no seio da sociedade e são legitimados por ela para exercer tal função: eles agenciam de forma consciente a informação, principalmente por meio de imagens – que hoje se constituem quase como sinônimo de realidade.

A respeito disso, o historiador francês François Hartog (2013), ao tecer sua tese sobre o regime “presentista” de historicidade, observa que a economia midiática do contemporâneo insiste em produzir o acontecimento. Argumenta que o presente, na medida em que é feito, já se deseja olhar como histórico ou passado. “Volta-se, de algum modo, sobre si próprio para antecipar o olhar que será dirigido para ele, quando terá passado completamente, como se quisesse prever o passado, se fazer passado antes mesmo de ter acontecido plenamente como presente” (p. 150).

Em decorrência disso, os meios de comunicação reforçam seu lugar social de “historiografia do cotidiano”, como definiu Ana Paula Goulart Ribeiro (1995). Se tornam espaço privilegiado para se entender cultura e sociedade, na medida em que se esforçam não apenas para informar, mas também para se tornar fonte histórica do futuro. A autora observa que a “distinção entre passado-presente-futuro” é sujeita a manipulações. Resultado de uma interpretação que se tem dele. Durante séculos, a historiografia se ocupou de eleger, com base em interesses do presente, elementos, fatos, rupturas, que fossem dignas de perdurar no tempo: o que deve ser lembrado e por quê. Assim se construíram as identidades nacionais: baseadas em um discurso de tradição, o que foi dada sentido ao que se é.



Mas, no momento em que a mídia entra no processo de criação e elaboração do acontecimento, reforça seu papel na construção da memória social. Em pouco tempo, indivíduos e grupos sociais passam a se lembrar de “fatos” por meio de imagens e referências terceirizadas. Testemunhadas pela mídia, mas transmitidas “em tempo real”. Em consciência disso, os meios de comunicação, nos quais se incluem também o Jornal do Brasil, passam a dar mais páginas (ou mais segundos, se for caso de transmissão de informação pela TV) à cobertura de um acontecimento conforme o consideram importante ou não tanto para o presente quanto para o futuro. E, logo, o que não é noticiado, automaticamente passa como um fato de pouca ou nenhuma importância no conjunto da sociedade. O jornal, além de fonte de acontecimentos passados, é protagonista no processo social da lembrança do grupo ou do indivíduo. Ao trazer à tona o passado ancorado em necessidades do presente para embasar a notícia – frequentemente utilizando mecanismos para reforçar a ideia do “nós estivemos lá” – o meio de comunicação ativa correntes de pensamento que podem levar o grupo social a lembrar. Ainda que as pessoas não tenham testemunhado o acontecimento, podem recordar de narrativas de outrem sobre ele.

Marialva Barbosa (2013) indica que nesse tempo de *boom* de memória, aceleração da história e transmissão das notícias em tempo real, os jornalistas precisaram reconfigurar a existência em uma nova dimensão temporal. É preciso narrar o evento durante sua transformação em acontecimento e, dessa maneira, transformam sua profissão em “consagradora do tempo do mundo e do technoconsumo” (p.361).

Ao se interpor como construtora do acontecimento, a mídia de massa realizaria maior ou menor cobertura de um fato, se o considera “importante” ou “histórico”. Considerando os anos 1960 como momento de crise da ordem do tempo moderno, ou mesmo uma brecha na percepção do tempo do mundo, conseguimos identificar, em alguma medida, esse fenômeno (consumo da memória, mercantilização do acontecimento histórico e culto ao passado no contexto de aceleração da percepção do tempo) através da análise dos usos do passado no Jornal do Brasil. Ainda que os anos 1960 fossem o momento em que essa forma de se viver ainda estava germinando.

A sociedade do pós-guerra se sente cada vez mais, segundo o pensador alemão Andreas Huyssen (2012), seduzida pela memória. Parece que, quanto mais acelerada é a percepção da passagem do tempo e mais catastrófica se torna a possibilidade de futuro, o passado se abre como um produto mercantilizável. E a memória ascende como uma preocupação cultural e política central das sociedades ocidentais: quanto maior a sensação

de aceleração da passagem do tempo diante da incerteza que se tem quanto ao futuro que nos espera, mais o passado se abre como forma de frear essa angústia que consome a sociedade destituída da função de progredir.

O pensador alemão diz que a partir da década de 1980, o foco se desloca dos “futuros presentes para os passados presentes”. Nesse sentido, há também uma modificação do discurso sobre a memória e se tornam múltiplas as lutas pelo tradicionalismo e por lugares de fala. Principalmente lugares de fala com relação ao que ocorreu no passado.

O que defendemos aqui é que este desejo, que começou a aparecer de forma modesta nesta fenda<sup>11</sup> que se abriu no mundo entre a Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim, se manifestou de forma sistemática no Jornal do Brasil. Ou seja, alinhando essa percepção do tempo a uma observação da forma como o passado se apresenta no Jornal do Brasil a partir de 1962, esboçamos a ideia de sistematização do passado e indicamos que ela pode ser percebida, na prática, tanto a partir da linguagem jornalística - através da produção e organização do texto nas páginas das publicações; quanto pela organização e estruturação (inclusive espacial) de seu arquivo.

Neste momento no JB o uso sistemático do passado acompanha uma estratégia de consumo do acontecimento e da notícia. Projetado por uma nova experiência coletiva da realidade - o “assistir com”, conforme apontou Barbosa (2004) - inaugurada com a cobertura midiática da chegada do homem à Lua, em 1969, o consumo do passado aumenta conforme a proporção de um evento. Quanto mais os meios de comunicação de massa conseguem imediatizar a história no acontecimento que se constrói no decorrer dos dias, maior é o consumo deste passado. A produção de informação (principalmente de arquivo) cresce e começam a ser produzidos subprodutos variados, capazes de alimentar a ansiedade coletiva em torno do evento midiático.

---

<sup>11</sup> A ideia de fenda faz alusão ao conceito de “brecha entre o passado e o futuro”, elaborado por Hannah Arendt nos anos 1950. Arendt define como ‘brecha’ os momentos em que se percebe que está num entremeio do tempo histórico, e que as ações humanas no presente são regidas “por coisas que não são mais e coisas que não são ainda” (2011). Ao efetuar a metáfora do testamento, ela afirma que se o passado não se materializa no presente sob a forma de tradição, “parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo” (p.31). Hartog (2013) retoma o conceito de Arendt para embasar sua teoria sobre o atual “regime de historicidade”, o presentista, que teria sido antecipado nos anos 1960, neste momento de suspensão temporária da percepção de tempo, em que o mundo fazia esta transição da modernidade para o que alguns pensadores chamam de pós-modernidade ou modernidade tardia.

Conforme relatou Alberto Dines, o DPD era responsável por planejar conteúdos principalmente de apoio à notícia diária e de “longo prazo” – apesar destes materiais de longo prazo terem sido concluídos em poucas ocasiões - há uma visão bastante interessante por parte de quem fazia o jornal de que o departamento era importante ferramenta para explicar o presente com vistas para o futuro, confeccionar material de duração. A possível “memorabilidade” de um fato levava seus funcionários a intensificar a produção de texto para acompanhar a cobertura diária. Parece que quanto maior o impacto que se desejava dar sobre um assunto, mais “quantidade de passado” seria necessária para explicá-lo, neste momento. Quanto mais impactante se julgasse ser o acontecimento, maior seria a possibilidade de que fosse consumido.

O jornal impresso tentava enfrentar a instantaneidade introduzida pela transmissão ao vivo televisiva e – entre outras razões - intensificou a mudança na forma de se pensar o texto jornalístico. O fenômeno já vinha ocorrendo nos Estados Unidos desde os anos 1940, quando a televisão começou a se popularizar, mas ganhou o Brasil justamente nos anos 1960 e teve como espaço de experimentação o JB: um jornal que crescia enquanto empresa – recebia investimentos para isso e tinha apoio por parte da direção para implementar as mudanças necessárias que o consolidassem no topo das grandes tiragens.

O jornalista Beluco Marra (1967), ao relatar as funções do DPD e inseri-lo numa nova forma de pensar a notícia naquela época, percebe, à sua maneira, esta relação entre jornalismo e tempo e diz que: “colocada na perspectiva da história, [a notícia] integra e reconcilia o homem desinformado com seu tempo, quebrando a barreira que o separa dos acontecimentos e de suas implicações” (p.9).

Neste texto, Marra escreve para a comunidade jornalística – estudantes e profissionais (os *Cadernos de jornalismo e comunicação* eram uma publicação voltada para este público). Tenta elaborar um pensamento crítico a respeito do trabalho que realiza. Inserido em seu tempo e espaço social, ele reforça o papel do jornal como agente que se situa entre o acontecimento e a sociedade, além de exercer uma função fundamental incorporada pela imprensa brasileira desde seus primórdios, que é a de explicar e educar.

Barbosa (2013) indica que, ao contrário do que ocorreu na Europa, não houve neste país uma política de “massificação educacional”: a população brasileira permanece imersa em práticas de oralidade que permeiam também a ordem escrita. A profusão de jornais no século XIX e a consolidação do modelo de jornalismo empresarial no alvorecer da República influenciaram em grande medida a familiarização com práticas de leitura pela

população pobre, principalmente devido à incorporação de elementos orais ao discurso informativo. Os periódicos desejavam ser lidos por uma gama maior de leitores, que escapava dos domínios da aristocracia letrada. No século XX, a grande imprensa chama para si uma função de educar no sentido de reiterar um modo educacional elitizado.

No Jornal do Brasil há, nesse contexto, uma preocupação em reafirmar o papel do jornal como construtor de memória social. E, também, como protagonista da própria história, aliando isso a um discurso educacional e explicativo com uso de elementos de autorreferência, de explicação do presente por meio de suas próprias notícias.

Definimos os usos do passado no JB como uma ação de sistematização por meio da qual o JB articulou a ideia do tempo pretérito no intuito de dar sentido ao presente, dentro de uma lógica de segmentação, organização e especialização típica de seu tempo. Ele é evocado como um valor é capaz de explicar, em alguma medida, o novo, mas sempre se fazendo perceber como um tempo ido, que se tornou em alguma medida obsoleto na linha contínua do progresso.

Parece possível perceber a intenção de separação do passado do presente de duas maneiras: a primeira ocorre ao se designar um setor cuja função primordial é realizar este trabalho de agenciamento entre o acontecimento que já foi e aquilo que ainda está em movimento – tanto no que diz respeito ao trabalho do próprio arquivo, de selecionar, recortar, indexar e arquivar informações; quanto ao que diz respeito ao setor de texto, cuja função é colocar no papel uma narrativa com base no passado, mas que explique, em algumas vezes, o presente, como uma relação de causa/consequência.

A segunda forma dessa separação pode ser notada ao folhear o jornal do período: o passado manipulado intencionalmente aparece separado por fios das notícias que são consideradas atuais. Há uma segmentação visual da noção de tempo. O passado aparece inserido, de fato, no presente. Essa ideia é perceptível por meio dos retângulos que trazem no cabeçalho o selo (que varia com os anos): Departamento de Pesquisa do JB (até 1965), Departamento de Pesquisa (até 1972), Editoria de Pesquisa (apenas em 1972) e Pesquisa JB (até 1974).

Se compreendermos aqui o período como um momento de “brecha” na ordem do tempo, aceitamos a ideia de que seja típico destes períodos de ruptura a sobreposição de noções de temporalidade e experiências de existência.

Desde as reformas gráficas iniciadas no JB em 1956, que os fios vêm sendo retirados paulatinamente dos espaços entre uma notícia e outra. Antes, a ideia de se dividir

o conteúdo pelos traços era comum: o processo de feitura dos jornais era praticamente manual, não existia muita forma de organizar as notícias já que não se usava a noção de lauda fixa e tipografia que obedecesse a um padrão pré-determinado.

Dessa forma, quando o ímpeto concretista de Amílcar de Castro substituiu, entre 1956 e 1959, os fios por espaços em branco nas páginas do jornal, colocava-se em prática uma nova forma de perceber o tempo e de se relacionar com o mundo e as coisas. Quando os jornalistas da Pesquisa começam a produzir texto, ainda que os fios entre as colunas estejam praticamente extintos, ainda prevalece a lógica de segmentar visualmente aquele conteúdo do que se tinha por notícia no espaço externo ao box.

Talvez, fosse a materialização deste diálogo entre o passado, presente e futuro, tanto no que diz respeito a valores, como também experiências de existência no mundo. Matheus (2011) observa que os jornais brasileiros contextualizavam um pouco mais a notícia no século XIX e, tão logo as reformas nas práticas de se fazer e pensar a notícia começaram, em meados do século seguinte, o passado passou a ocupar “box de memória e infográficos” (p.170). Para a autora esse processo se daria concomitantemente à condição imagética que o acontecimento adquiriu no século XX. Na década de 1960, há esta sobreposição de ordens do tempo. E a força da imagem ascende no cenário midiático brasileiro, com o crescimento do mercado televisivo.

Ao longo da década, os fios que segmentam esse módulo de “passado” ou “contexto” desaparecem. A partir de 1966, cada vez menos o vemos separando o conteúdo da Pesquisa do resto da notícia. A matéria *Morto já entra em fria*, publicada em 18 de janeiro de 1967 (p.9), por exemplo, aparece sem o contorno dos fios, sob o cabeçalho da Pesquisa.

O artigo aparece como apoio a uma reportagem especulativa sobre os avanços da medicina: *Defunto canceroso poderá ficar 2 mil anos no gelo*, anuncia que um homem morto de câncer nos Estados Unidos no dia anterior fora congelado pela Sociedade de Estudos sobre o Frio, na Califórnia, para testes de ressuscitação em um futuro muito distante (cerca de dois mil anos depois, quando fosse encontrada a cura do câncer). O texto da Pesquisa, logo abaixo, faz uma análise sobre os avanços da ciência e a maneira como vem tentando criar vida artificial, listando alguns dos órgãos que a ciência ainda não conseguira reproduzir. Ainda que os fios desaparecessem, a manutenção do selo do DPD enquanto ideia de assinar as matérias de apoio, garantem a permanência dessa lógica de segmentação do tempo, a partir da confirmação da atualidade da notícia.

Neste sentido, ao se criar uma editoria que pudesse trabalhar com o passado de forma palpável (arquivando, catalogando, pesquisando informações), ou discursiva – elaborando textos cujo conteúdo era informação de arquivo -, o jornal legitimava sua posição como um agente importante na construção do acontecimento e também da história. Já que cada vez mais é difícil separar um fato histórico do fato noticioso – e a busca pela exaustão de informações e aspectos correlatos ao evento caracterizam a construção do acontecimento midiático contemporâneo: para os veículos de comunicação e informação se sustentarem no meio social, é necessário que se façam onipresentes, que tornem o ordinário sensacional.

Assim como os fios foram sendo retirados do contorno das notícias diárias (e também da borda do material que se vê como “passado”), a separação reforçada das dimensões temporais nas páginas do jornal vai desaparecendo ao longo dos anos. A maneira sistematizada de lidar com as dimensões do tempo no JB aparece no início da década de 1960 e enfraquece ao longo dos anos 1970, podendo ser representada não apenas pelo fim do setor de texto da Pesquisa, mas também por uma forma específica de se ver e pensar o jornalismo.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- BARBOSA, Marialva. **Historia da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2012.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade – presentismo e experiências de tempo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna RJ, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart (2006). “Espaço de experiência e horizonte de expectativas”. In: **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 311-337 [original: 1979].
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MATHEUS, L.C. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Aceleração nas comunicações e mercantilização do passado**. In: *Interin*. Curitiba, v. 11, n. 1, jan./jun. 2011.
- MELO, Alice C. **Na ordem do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil (1962-1974)**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado – UFRJ, 2014.
- MELO, Alice. **Vamos à Lua com o JB: articulações do passado na construção do grande acontecimento midiático do século XX**. In. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.
- NAVA, R. M. F. D. **Saber para continuar: a história do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil e a implantação pioneira do jornalismo interpretativo no país**. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 1996.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A história de seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico**. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.
- SARLO, Beatriz, **Tempo presente**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.
- SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria e giro subjetivo. Una discusión**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- SILVA, Sonia Maria Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2011.
- VERÓN, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa, 2002.

### Fontes primárias

*Jornal do Brasil*

Edições abril de 1964 - janeiro de 1974.

*Cadernos de Jornalismo e Comunicação*

Edições 1-46 (1968 a 1974).

*Jornal do JB*

Edições 1-96 (1965 a 1973).

### Acervo consultado

CPDoc JB

Av Paulo de Frontin, 568. – Rio Comprido, Rio de Janeiro.

CEP: 20261-243